

Saúde e transportes são as áreas onde há menos transparência

"Faltam medidas para impedir desvios"

Adriana Lopes Arai
de São Paulo

Quando o assunto é gastos públicos, a corrupção no Brasil concentra-se nos setores de Saúde e Transportes, afirma David Fleischer, professor de Ciências Políticas da Universidade de Brasília e presidente da Organização Não-Governamental Transparência, Consciência e Cidadania (TCC-Brasil). A TCC-Brasil é o capítulo nacional da Transparency International, que divulgou a pesquisa sobre a corrupção em 52 países. "Há também um vínculo muito forte, ainda que natural e esperado, entre corrupção e campanhas eleitorais, além das emendas no orçamento".

Como Fleischer, o secretário-executivo da TCC-Brasil, José Alves de Sena, destaca que o governo Fernando

Henrique tem combatido apenas uma frente do problema. "A prioridade tem sido dada ao aumento da arrecadação. Mas o uso do dinheiro que entra nos cofres públicos não é fiscalizado". Ele cita o exemplo da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). "A CPMF veio e as dificuldades de fiscalização do Ministério da Saúde continuam", diz.

Sena apóia a Medida Provisória (MP) nº 1.550-41, que reorganiza o sistema de controle de gastos do governo federal. No texto da MP, há, por exemplo, um artigo que proíbe a nomeação para cargos que impliquem gestão de dotações orçamentárias, recursos financeiros e de patrimônio, bem como de pessoas que tenham sido condenadas por Tribunais de Contas para as co-

missões de licitações. A MP está sendo reeditada pela 42ª vez.

"A eliminação de intermediários no repasse de recursos públicos é também uma medida extremamente eficiente de combate à corrupção", acredita Fleischer. O cientista político considera o exemplo mais notório desse tipo de prática uma medida tomada pelo governo Fernando Henrique na área da educação. "A partir de 1995, as transferências de recursos do ministério passou a ser feita diretamente para as escolas", diz Fleischer. "Antes disso, o número de intermediários fazia com que as escolas muitas vezes recebessem ape-

nas 50% dos recursos aos quais tinham direito."

Ainda que tenham sido tentativas frustradas, Fleischer destaca o governo Itamar Franco como o que

mais mobilizou esforços para combater o pagamento de propinas durante os processos licitatórios. "Há o caso das vacinas compradas pelo Ministério da Saúde, por meio de concorrência pública, em 1994. Um representante de uma fornecedora asiática propunha preços extremamente baixos e vencida a licitação. Depois cobrava das empresas concorrentes uma propina para sair do processo". Para investigar as denúncias, foi instaurada, uma Comissão Especial de Investigação. Mas quando FHC assumiu a presidência da República, a comissão foi extinta, e as investigações passaram para os ministérios da Justiça e Fazenda. "Desde então, somente o senador Pedro Simon (PMDB-RS) tentou reativar o caso, mas sem sucesso", lamenta Fleischer.

Eliminação dos intermediários garantiu o aumento dos repasses de verbas para as escolas